

Entrevista da Semana João Paulo Borges Chagas - 'A Inteligência Artificial já atua na advocacia'

ENTREVISTA DA SEMANA

Presidente da OAB de S. Caetano diz ser rotina a atuação da inteligência artificial

João Paulo Borges Chagas admite que avanço da tecnologia trouxe reação negativa inicial, mas que modernização dos sistemas agora é parte do dia a dia da advocacia. Ele revela que grandes escritórios já usam Inteligência Artificial para ações recorrentes e de menor interferência humana. "Chegou para ficar."

Política 4

entrevista da semana

João Paulo Borges Chagas, presidente da Ordem dos Advogados de São Caetano

'A Inteligência Artificial já atua na advocacia'

EVALDO NOVELINI

evaldonovelin@globo.com.br

O avanço da tecnologia e a alta demanda brasileira pela intervenção da Justiça para resolver qualquer tipo de litígio aceleraram o uso da Inteligência

Artificial nos escritórios de advocacia do País. Um software já é capaz de fazer uma petição simples tão bem quanto o advogado, afirma o presidente da 40ª Subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Caetano, João Paulo Borges Chagas.

Temos de entender que é uma realidade que vai ser posta para todas as carreiras e profissões, diz ele, que lidam em alguma medida com a tecnologia. Hoje, os principais trechos da conversa com o Diálogo



"A OAB é totalmente contra o ensino de direito a distância. Acaba se perdendo a qualidade."

Falando nisso, como anda a qualidade do ensino do direito, com a proliferação de faculdades ocorrida nos últimos anos?

Hoje em dia, por uma regulamentação da OAB junto às faculdades já existentes, houve um pedido ao MEC (Ministério da Educação) para que não fossem abertos novos cursos de Direito. Então, limitamos a nossa proliferação desavocada. E preciso lembrar que também há os exames de qualificação que são exigidos para entrar nos respectivos cursos públicos e o Exame da Ordem.

Como a própria Constituição prevê, as profissões podem ser regulamentadas. A advocacia é uma delas. O Estatuto da Advocacia prevê o Exame de Ordem, que é de ingresso no profissão, assim como há exame para delegado, juiz, promotor. O Exame da Ordem é apenas um dos requisitos para se tornar advogado. Há também exames de vida progressiva e de idoneidade moral.

Na qualidade de presidente da OAB, há alguma preocupação com o ensino de direito a distância?

Tem de se tomar cuidado porque não são situações distintas, mas todo exame de qualificação profissional é beneficiado pela sociedade. Só é preciso verificar se não estamos o direito adquirido daquele que realizou o curso.

É a questão do ensino a distância, e se é contra?

A OAB é totalmente contra, e se também. No ensino a distância, acaba se perdendo a qualidade. O direito é um curso de bacharelado, de cinco anos, não permite que se tenha aproveitamento nos módulos. Até hoje, temos vencido essa batalha. Não há curso de direito aprovado e reconhecido pelo MEC. O que ocorre é a criação de parcerias, de uma instituição para que algumas atividades sejam realizadas em formato virtual. Mas há um embate entre interesses, de um lado a classe de advogados e do outro da parte educacional, para que seja permitido.

É o caso de audiências virtuais nos tribunais, a OAB não é contra?

Hoje o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), principalmente nas áreas trabalhista, obriga que as audiências sejam presenciais. Isso pode ser virtual se houver a concordância das partes. Durante o período que ocorreu momento de exceção, houve uma regulamentação que permitia, porque muitas vezes a audiência presencial não era possível. Então, nesse caso, a OAB fez parte da volta do trabalho do Poder Judiciário por meio do sistema virtual que pudesse atender melhor o cidadão. O que entendo como o caso é, por exemplo, as conciliações, que visam a busca de consenso, podem ser virtuais, por não ser mais odores.

Como a advocacia tem lidado com a tecnologia da inteligência artificial?

Como a advocacia tem lidado com a tecnologia da inteligência artificial?

Hoje, os principais trechos da conversa com o Diálogo

de funções mais mecânicas e automatizadas, como a juntada de documentos, isso já existe. Os grandes escritórios de escritório utilizam essas ferramentas para dar mais volume.

Como não acha que, nesse momento, o processo alguns tipos de regulamentação no uso da inteligência artificial?

Acho que é necessária a discussão e trazer ideias de como a advocacia vai ter de se adaptar a essa realidade. Não adianta só regulamentar para não utilizar a Inteligência Artificial. Isso não vai acontecer. Temos de entender que é uma realidade que vai ser posta para todas as carreiras e profissões. Como é que nós vamos lidar com essa Inteligência Artificial? Aí que precisa ter o cuidado que tem de pagar. E eu acho que tem de pagar. E eu acho que tem de pagar. E eu acho que tem de pagar.

Qual sua avaliação sobre a regulamentação sancionada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prevê a criação de um sistema de inteligência artificial para o Poder Judiciário?

Essa é uma questão que precisa ser discutida. O sistema de inteligência artificial para o Poder Judiciário é uma ideia que precisa ser discutida. O sistema de inteligência artificial para o Poder Judiciário é uma ideia que precisa ser discutida.



Nome: João Paulo Borges Chagas Estado: SP, São Caetano Local de nascimento: São Paulo e morar em São Caetano

Formação: Direito pela FUC-SP e especialização em direito civil e processo civil. História: Estar com a família e amigos e gostar de futebol.

Local trabalho: Não tem uma empresa. É só advogado. Não tem uma empresa. É só advogado.

Personalidade que marcou sua vida: Nelson Mandela, Barack Obama, Paulo Roberto Campos e Getúlio Vargas.

Profissão: Advogado. Como trabalhar: Não. Como advogado, em São Caetano.

se por nenhum tipo de mudança de ou perda de direito de um lado ou do outro. Porque a função do Judiciário é resolver o conflito de forma a atender ao máximo o direito de quem está. Então, não tem de pagar. E eu acho que tem de pagar. E eu acho que tem de pagar.

que não acha que, nesse momento, o processo alguns tipos de regulamentação no uso da inteligência artificial?

Acho que é necessária a discussão e trazer ideias de como a advocacia vai ter de se adaptar a essa realidade. Não adianta só regulamentar para não utilizar a Inteligência Artificial. Isso não vai acontecer. Temos de entender que é uma realidade que vai ser posta para todas as carreiras e profissões. Como é que nós vamos lidar com essa Inteligência Artificial? Aí que precisa ter o cuidado que tem de pagar. E eu acho que tem de pagar. E eu acho que tem de pagar.

Qual sua avaliação sobre a regulamentação sancionada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prevê a criação de um sistema de inteligência artificial para o Poder Judiciário?

Essa é uma questão que precisa ser discutida. O sistema de inteligência artificial para o Poder Judiciário é uma ideia que precisa ser discutida. O sistema de inteligência artificial para o Poder Judiciário é uma ideia que precisa ser discutida.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4